

O papel dos currícula no significado da escola em Moçambique

Súmula

O presente artigo intitulado: O papel dos currícula no significado da escola em Moçambique - uma reflexão sobre o ensino básico, procura reflectir, em poucas páginas, o decurso, a aplicabilidade, as mudanças curriculares no país e a concepção que a comunidade educativa moçambicana tem tido sobre o novo currículo vigente no Ensino Básico, no que tange à passagem Semi-automática.

Palavras-chave: *currícula, escola, papel, passagem semi-automática*

Introdução

O SNE (Sistema Nacional de Educação) em Moçambique viveu momentos de deturpação perpetrados pela guerra fratricida que destruiu muitas infra-estruturas da rede educativa. Isto levou à situação actual em que a rácio professor-aluno tende sempre a elevar-se, ainda interferido pela rápida e intensiva preparação de professores para o Ensino Básico. No cúmulo de tudo isto, vemos, nalguns casos, a fraca qualidade destes recém-formados e o desajustamento dos conteúdos transmitidos às realidades sociais actuais.

Foi neste contexto que o órgão de tutela do ensino em Moçambique, construiu um currículo em vista a proporcionar aos seus cidadãos moçambicanos conhecimentos e habilidades de que eles necessitam, na sua conquista do dia, desde a base, reduzindo assim os índices de pobreza e, conseqüentemente, aumentando a economia nacional.

É em volta desta reflexão que me propus ao tema O PAPEL DOS CURRICULA NO SIGNIFICADO DA ESCOLA EM MOÇAMBIQUE - Uma reflexão sobre o Ensino Básico.

Achei pertinente reflectir sobre o tema uma vez que, considero eu, o currículo é o timoneiro do futuro da humanidade e de uma sociedade letrada. Aliás, mesmo a literatura apresenta-nos Bobbit (1931) falando da educação como um processo de moldagem, tal como acontece com a manufactura ou tal como estão delineados os carris de comboio. E isto acontece graças ao currículo contido nessa política educativa. Por outras palavras, o currículo é o coração

Por: Luís Carlos Brito

O papel dos currícula no significado da escola em Moçambique

da educação. E assim, pus-me ainda a ruminar os miolos sobre *que papel tem os currícula no significado da escola hoje em Moçambique?*

Uma abordagem histórico-contextual dos currícula em Moçambique

A educação em Moçambique é gerida pela lei 4/83, a qual norteou o processo de ensino e aprendizagem desde a década de 80, ou seja, desde o ano de 1983. Esta lei foi reformulada em 1992 pela lei 6/92, vigente até aos nossos dias.

A primeira, portanto a 4/83, desenvolveu-se num contexto político muito conturbado, onde a preocupação existencial do homem era procurar abrigo, fugindo das acções e efeitos do ambiente bélico, cuja reflexão se centrava em como acabar com as atitudes animais e sangrentas e, acima de tudo, fratricidas que afectaram em grande escala nas zonas rurais.

A segunda, ou seja, a lei 6/92 vem reforçar a anterior. Esta, parte da avaliação ou do balanço feito pelo Ministério de Educação no fim da implementação do currículo de 1983, onde se constataram problemas de aprendizagem nalgumas disciplinas do ensino básico, como e o caso das dificuldades mostradas nas disciplinas de português e matemática. Castiano (2005:63) refere que *“as crianças que haviam terminado a 5ª classe não estavam em condições de construir logicamente frases simples e sem erros. A qualidade de expressão, da leitura e da interpretação era ‘muito baixa’. Também se notam mesmas dificuldades no seio dos professores...”*. Foi assim que a lei 6/92 trouxe uma nova dinâmica: o homem a ser educado é um homem que acaba de sair do ambiente guerreiro para um ambiente cujo lema era o cultivo de paz e, como tal, o perdão, a fraternidade eram as ideias inculcadas nas mentes de todo o homem e sobretudo do homem pertencente à idade escolar.

Mudanças não pararam por ali, foram ocorrendo até aos nossos dias, tentando corresponder com a realidade actual, com as exigências actuais, com as necessidades vigentes. Desta feita, encontramos ao longo deste percurso 1983 – 1995, políticas emanadas para educação, como acabamos de nos referir. Mas, o mais notável é dos anos 90 aos 2010 nos quais, com a colaboração dos actores na educação, colocara na ementa educativa visões e perspectivas de como se lidaria com o homem destes últimos tempos. Assim, a questão do maior acesso no ensino de crianças em idade escolar, a questão de género e a questão da redução das desistências

Por: Luís Carlos Brito

O papel dos currícula no significado da escola em Moçambique

ou ainda condicionamento da retenção dos alunos na escola mostraram que se trata de uma nova perspectiva de que o governo quer do Homem para estes tempos.

Noções de currículo e de escola

Não desenvolveria um tema de tamanha importância na educação hoje, sem me deter com alguns conceitos que são imprescindíveis à compreensão do tema. Assim começarei por apresentar a definição de currícula, e, definindo-os no seu singular, apoiaria-me na perspectiva de Bobbit (Silva, 2003:13), mas não no que ele chama-o de *um número considerável de escolas, professores, de estudante, de administradores educacionais*, mas quando ele apresenta o currículo como *um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente, especificados e medidos* (Silva, 2003:12), aliás, adianta Silva (idem) mostrando que o currículo é sempre um produto de escolha de conteúdos a serem transmitidos ao homem a que se destina, razão esta de nos inclinarmos mais à definição que refere do currículo como racionalização e especificação dos conteúdos.

Quanto à escola, a literatura nos apresenta como *“a principal agência, na sociedade civil, de formação de intelectuais”* (Soares, 2000:191). A escola é assim agência para a formação dos intelectuais na sociedade, mas ela não se limita apenas nessa visão, é necessário verificar que essa formação remete à novas adaptações às realidade presentes.

Na perspectiva de Soares (2000:192) imbuído pelas ideias socialistas do século XIX, alarga a missão da escola para uma dimensão mais abrangente, ou seja, universalista, onde o ensino primário é um ensino para todos e que a escola torna o lugar no qual se concretiza o direito à instrução e que na ciência política constitui elemento mediador entre os direitos civis e políticos, à luz das grandes realizações políticas do século XVII e seguintes.

Mas Zabalza (200:40) apresenta a missão da escola como a de *“organizar actividades dos jovens de um modo não exclusivamente intelectual e com características assimiladoras e reprodutoras, mas sim de uma maneira integral, isto é de desenvolvimento em todas as dimensões humanas de cada aluno individual, ...”*.

E, o Estado Moçambicano através do SNE apresenta o lugar da escola onde a *“educação é reconhecida como um instrumento fundamental para o crescimento económico e*

Por: Luís Carlos Brito

O papel dos currícula no significado da escola em Moçambique desenvolvimento social e visa promover o bem-estar dos cidadãos” , como mostra o PCEB (INDE/MINED, 2003:16).

Qual é a realidade moçambicana de escola hoje?

A realidade da escola hoje, para além de ser um campo de formação e educação, é um elemento promissor no desenvolvimento do país, que é papel do Estado, caracterizado por uma acelerada expansão da sua rede. Isto também aconteceu na Europa, após a revolução francesa, pois Soares, na sua obra sobre “O Estado e a Escola” reafirma a necessidade de sua expansão para o alcance desse desenvolvimento e prossegue “...*entretanto a luta para universalizar o ensino elementar se torna vitoriosa, concretizando-se na ampliação das escolas elementares públicas, de carácter popular a partir do fim do século XIX e princípios do século XX*” (Soares, 2000:192).

Ao verificarmos este trecho, vemos logo, o que aconteceu e acontece na realidade escolar em Moçambique. Após a guerra fratricida e que foi acompanhada pela destruição da rede escolar, houve necessidade de inverter o cenário. O governo e as políticas de educação pautaram pela expansão e maior oferta dos serviços educativos, como é o caso da política de expansão da rede escolar, ingresso gratuito ao sistema de ensino no nível básico e maior atenção ao ingresso da rapariga, para combater a disparidade de género.

Todavia, essas políticas, a meu ver, também foram postas em causa, pois constituíram, no momento de implementação, certa ruptura, que levou a desadequação das metodologias, critérios de acção, ou seja, os implementadores passaram por algumas dificuldades que a sociedade chegou a criticar. A seguir procuro mostrar como as inovações curriculares e políticas foram encaradas no seio moçambicano.

a) Acesso massivo a escola e as mudanças curriculares

O fim da guerra de desestabilização, aquilo que na linguagem eclesiástica se refere a guerra fratricida, em 1992 coincide com o período em que a Política Mundial sobre a Educação Básica delinea um novo rumo: a prerrogativa de acesso à Educação para Todos. A Conferência

O papel dos currícula no significado da escola em Moçambique

Mundial de Jontien, na Tailândia, realizada em 1990 almejou uma educação para todos (Haddad, 2008:22). Esta Conferência que foi por iniciativa de organismos internacionais como o BANCO MUNDIAL, UNICEF, PNUD e sobretudo pela UNESCO, concebeu o Ensino Primário, ou seja, Ensino Básico como fundamental para a educação formal de qualquer política educativa vigente no mundo.

Se me deter nos Objectivos do Milénio, vemos também que dois desses objectivos se destinam à educação, no tocante à Educação Básica. Eis a universalização da educação primária e a questão da equidade do género. Portanto, nos objectivos do Milénio a UNESCO diz “*garantir que até 2015 todas as crianças, de ambos os sexos terminem um ciclo completo de ensino primário*”, posição esta que corresponde a uma revalidação do que se traçou em Jontien, nos seguintes termos “*assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e nas crianças em circunstâncias difíceis e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a educação primária obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano de 2015*” (Haddad, 2008:23).

No que concerne à mudança curricular, pretendo referir-me que um ciclo curricular no ensino básico é composto por se 7 anos a que corresponde a escolarização Básica moçambicana. Daí que qualquer implementação curricular que for alterada deve ser feita após os 7 anos da sua implementação, ou seja um ciclo completo.

Foi isto que no período pós-guerra moçambicano a educação pegou como linha de orientação, a massificação do acesso ao sistema de ensino, por começar, no ensino primário e, ainda neste nível de ensino houve mudança curricular.

Esta política foi positiva nos intentos governamentais e estatísticos, mas trouxe no seio da educação novas dinâmicas e constrangimentos.

As salas de aulas ficaram superlotadas – facto que levou a desadaptação de alguns professores em lidar-se com números exorbitantes de alunos do que haviam habituado, ainda que encontrados de surpresa. Portanto a rácio professor aluno cresceu vertiginosamente;

Dificuldades de implementação do então novo currículo – a mudança curricular no seio moçambicano era necessário, visto que se tratava também de numa época de mudança política: estávamos a sair da época do monopartidarismo ao multipartidarismo, facto que, como é óbvio, o

Por: Luís Carlos Brito

O papel dos currícula no significado da escola em Moçambique

currículo deve responder às necessidades e realidades sócio-políticas vigentes no tempo e espaço. Aqui refiro-me exactamente da mudança do plano curricular do ensino básico. Para o nosso caso, ocorreu sem prévia preparação dos professores e muito menos dos encarregados de educação, estes que, como disse atrás, colaboram na efectivação curricular.

Aliás, Castiano (2005:63), reafirma esta despreparação por parte dos professores que tiveram que encarar e implementar tais modificações. E mais ainda, Sacristian (200:96) falando das condições institucionais da aprendizagem motivadas pelo currículo, frisa a necessidade de haver competências numa perspectiva técnico-profissional, entretanto reconhece não ser fácil, pois precisam de muni-los, na formação inicial, de capacidades adequadas de modo a enfrentar ambientes estruturais complexos e *“deliberar em situações ambíguas e conflitivas, acomodar experiencias as necessidades dos alunos...”*. Mas para efectivação desta nobre missão e capacidade docente para Sacristian *“exige uma formação aberta no que o capacite para diagnosticar por si mesmo as situações e tomar decisões adequadas autonomamente e em grupo”*.

Então, como se pode perceber nesta visão de Sacristian, a formação adequada e apropriada de qualquer nível e realidade em causa é muito importante para a efectivação do currículo. É isto que faltou logo no período pós-guerra que coincidiu com a implementação de políticas educativas e curriculares sem uma adequada capacitação dos implementadores.

b) Promoção Semi-automática: um facto pouco compreendido e pouco aceite

Outro facto por analisar é o de conceber-se a política de promoção semi-automática como inovação que o currículo do pós-guerra trouxe e, segundo o PCEB (INDE/MINED, 2003:28) a Promoção Semi-automática refere-se à transição do aluno de um ciclo para outro, enquanto que, quando se tratar do mesmo ciclo a progressão diz-se automática. Estas progressões dependem da avaliação formativa, ou seja o contínuo acompanhamento do aluno em termos de aquisição de competências.

Esta inovação curricular procedida entre os ciclos encontrou um terreno menos clarificado, menos preparado, ao ponto de se perceber apenas a prática de passagem ou progressão

O papel dos currícula no significado da escola em Moçambique

automática. Portanto, independentemente da fraca aquisição de competências os professores fizeram com que deixassem progredir seus alunos mesmo sem condições para tal.

Outra dificuldade que esta inovação traz é que o aluno com certas dificuldades só pode ser retido na classe após um diálogo com o seu encarregado de educação. Esta posição encontra constrangimentos na medida que muitos pais e encarregados não aceitam as sugestões de retenção dos seus educandos, pois, para ele é um atraso no tempo e daí se o professor não fez o seu máximo no tempo oportuno a culpa não pode cair ao aluno. Esta é a grande defensiva dos pais e encarregados de educandos que merecem a retenção.

Este facto produziu seu efeito que não raras vezes se comenta nas conjunturas populacionais moçambicanas. É o chamado a “baixa qualidade de ensino” no ensino básico. Portanto o aluno conclui os ciclos e por conseguinte o ensino básico sem competências suficientes requeridas, como é o caso do domínio na escrita e leitura. Ainda este mesmo assunto é desenvolvido por Castiano (2005:63-64).

Adequação das características de um currículo para com a realidade moçambicana

Qualquer fenómeno que ocorre em qualquer sociedade, tem sido sujeito de análise, tanto no seu aspecto de utilidade como na sua essência. Mas, essa análise pode ser apresentada pelas características que esse fenómeno apresenta. Assim, alguns estudiosos que se empenharam pelo estudo do currículo, como é o caso de Zabalza (2000:33) apresentam como características de um currículo as seguintes: o currículo deve centralizar-se na escola; deve relacionar-se com os recursos do meio ambiente; deve ser consensual; deve ter incidência no leque das experiências dos alunos e, por fim, deve ser clarificador para os professores, pais, alunos e outras superestruturas da sociedade.

Sobre a última característica merece prestarmos atenção. No contexto dos currícula em Moçambique esta característica pode ser causa de discussão, pois, o nosso currículo do ensino básico torna, cada vez mais, epicentro de inquietação da sociedade, sobretudo aquela camada com alguma noção de escola.

Por: Luís Carlos Brito

O papel dos currícula no significado da escola em Moçambique

O facto que mencionei no ponto sobre a passagem semi-automática merece retocar nesta característica. O caso *passagem semi-automática* foi, na minha perspectiva de análise, um conceito mal percebido, aliás, notou-se uma lacuna quanto à integração desta característica. Refiro-me nestes moldes porque, se esta característica se efectivasse, os implementadores dos currícula estariam e teriam sido preparados de modo que este lhes tornasse claro e por conseguinte também se mostraria claro para com os consumidores, ou seja, alunos e os colaboradores (pais e encarregados de educação).

É por isso que no lugar de passagem semi-automática passou a interpretar-se como passagem automática. Isto custou caro e vai custar ainda mais caro não só aos próprios alunos como à toda a sociedade moçambicana que almeja uma educação com base em competências. Portanto, vai contrapor a qualificação por competências.

Conclusão: como reverter esta situação?

É comum falar-se, hoje em Moçambique, de um ensino sem qualidade. Quando isto acontece, logo remetemos no notável desinteresse das crianças de frequentarem às aulas curriculares, esperando pelo fim do ano para a passagem de classe ou de nível. Este tipo de raciocínio tira a obrigatoriedade de os pais (negligentes) e os próprios alunos em munir esforços conjuntos dedicando-se em prol da educação formal e integral dos seus educandos.

O mesmo que dizer a escola tem um papel preponderante em cada etapa da vida humana e muito mais nos primeiros estágios da formação do indivíduo. A escola, como diz Soares nas citações anteriores, podemos tirar a ilação segundo a qual escola é como um Estado e forma um Estado. Então, de acordo com as leis do Estado a sociedade caminha, assim também de acordo com os conteúdos curriculares, a humanidade de uma determinada sociedade se regerá no tempo e espaço.

E para uma sociedade desenvolver sob ponto de vista científico, cultural, tecnológico, moral, ou seja, integral, é necessário um esforço conjunto, uma educação virada não só às crianças em idade escolar, como também aos pais e encarregados de educação para uma mudança de mentalidade. Pois, como afirmei atrás, a educação e os conteúdos da educação não

Por: Luís Carlos Brito

O papel dos currícula no significado da escola em Moçambique

devem ser apenas levados a cabo pelo professor. Os pais e encarregados de educação conscientes da sua responsabilidade paternal na educação dos seus filhos devem interagir neste processo.

Bibliografia

CASTIANO, José P. *Educar para que?* Maputo. INDE. 2005.

HADDAD, Sérgio (org) et all. *Banco mundial, OMC e FMI – o impacto nas políticas educacionais*. São Paulo. Cortez Editora. 2008.

INDE/MINED, *Plano Curricular do Ensino Básico*. Maputo. 2003.

SACRISTIAN, J. Gimeno. *O Currículo. Uma reflexão sobre a prática*. 3ª ed. Porto Alegre. Artemed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade – uma introdução as teorias de currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte. Autentica. 2003.

SOARES, Rosemary Dore. *Gramsci, o Estado e a escola*. Rio Grande do Sul. Editora UNIJUI. 2000.

Zabalza, Miguel, *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*, 5 ed., Lisboa. ASA Editores. 2000.

e-mail: mwanabrito@hotmail.com

Por: Luís Carlos Brito